

Gonzalez diz que o perdão traria pavor

Montevideu — Ao término de sua visita de três dias ao Uruguai, o presidente do governo espanhol, o socialista Felipe Gonzalez, considerou que um perdão da dívida provocaria “consequências pavorosas” em todo o sistema mundial.

Em entrevista coletiva com o presidente do Uruguai, Júlio Sanguinetti, o dirigente espanhol sustentou que “haveria uma crise financeira internacional capaz de produzir choques de retorno de consequências pavorosas como a decadência do financiamento para a manutenção dos fluxos econômicos dos próprios países devedores”.

O mandatário espanhol, que esteve antes na Argentina e seguiu ontem para o México, frisou que o “mundo está numa interdependência em que uma parte não se pode dar ao luxo de pensar que não haveria nenhuma consequência se algumas grandes entidades financeiras entrassem em dificuldades”.

Gonzalez, admitindo o perdão da dívida externa só em algum caso excepcional, explicou que “para os países desenvolvidos, começa a surgir um problema muito sério, cuja resposta não está dentro de suas fronteiras, tendo que se vincular numa dinâmica econômica nova, com países que desejam fazer crescer o seu produto, sua receita, sua riqueza e, enfim, seu bem-estar.”

DESCAPITALIZAÇÃO

Acrescentou que a América Latina tem “um problema de capitalização da economia e isso dificilmente será conseguido da noite para o dia, que não seja pelas vias tradicionais de obtenção de recursos financeiros”.

Sobre a relação econômica dos países latino-americanos e a Comunidade Econômica Européia, na qual a Espanha poderia servir de ponte, segundo o próprio Gonzalez, “é preciso abrir um espaço para o comércio externo dos países competitivos com a comunidade européia, já que só algumas políticas protecionistas da comunidade estão impedindo esse esforço”. Mas ele esclareceu em seguida que o protecionismo não é apenas da comunidade.

MILITARES

Com relação aos militares, tema importante no Uruguai, o visitante disse que o problema institucional militar na Espanha, salvo excepcionalmente, não significou um obstáculo para o desenvolvimento democrático.